

O uso do álcool como fator adjutor da dominação do colonizador sobre os povos indígenas brasileiros.¹

1-Larissa Bianca de Souza Quaresma -UFVJM

2- Rosana Passos Cambraia- UFVJM

3- Marivaldo Aparecido Carvalho- UFVJM

Palavras chaves: álcool – dominação indígena - colonização.

Resumo:

O artigo analisa o uso do álcool como instrumento de dominação dos povos indígenas brasileiros pelos colonizadores, destacando suas origens históricas, consequências e a necessidade de abordagens holísticas para enfrentar esse problema. Desde os primeiros contatos entre europeus e indígenas no Brasil, o álcool foi utilizado para estabelecer relações desiguais de poder, fragilizando estruturas sociais e culturais nativas. A imposição do consumo de álcool pelos colonizadores contribuiu para doenças, violências e conflitos internos nas comunidades indígenas. A contextualização histórica revela que o álcool sempre foi parte integrante da sociedade, incluindo os povos indígenas brasileiros. Desde a colonização portuguesa, houve imposição da cultura eurocêntrica e uso do álcool como ferramenta de controle e submissão das populações nativas, facilitando a exploração dos recursos e a imposição da religião católica. As consequências do uso do álcool são diversas e devastadoras. O aumento do consumo levou ao alcoolismo e dependência, contribuindo para problemas de saúde física e mental, como doenças crônicas não transmissíveis e taxas crescentes de suicídio. Além disso, o álcool afetou as estruturas sociais e culturais das comunidades, gerando conflitos internos e desintegração social. A conclusão ressalta a urgência de políticas públicas efetivas que protejam os direitos e promovam a saúde das comunidades indígenas, considerando suas especificidades étnicas. É necessário um debate amplo e inclusivo sobre as práticas coloniais ainda presentes na sociedade brasileira, buscando superar injustiças históricas e promover uma abordagem holística para enfrentar o problema do uso do álcool como ferramenta de dominação dos povos indígenas brasileiros.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

1.Introdução

A utilização do álcool pelos colonizadores como método de opressão das comunidades indígenas no Brasil é um assunto complexo e diversificado que acarreta profundos impactos à saúde física, mental e emocional desses povos. Desde os primeiros encontros entre europeus e nativos brasileiros, o consumo de bebidas alcoólicas foi empregado a fim de estabelecer relações assimétricas, nas quais se evidencia uma clara dominação por parte dos colonizadores sobre as populações autóctones.

Além do mais, é interessante destacar que a presença persistente de bebidas alcoólicas nas relações entre os colonizadores e os povos indígenas foi um elemento catalisador para a disseminação de enfermidades infecciosas, violências intergrupais e conflitos internos dentro das comunidades nativas. Conforme aponta o sociólogo Roberto DaMatta (1997) em seu estudo "Carnavais, Malandros e Heróis: Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro", a intoxicação provocada pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas fragilizava ainda mais as estruturas sociais e culturais dos povos indígenas, facilitando assim a imposição da cultura dominante.

Além da perda significativa de sua identidade cultural, é importante ressaltar que essa situação tem acarretado e continua a acarretar uma série de problemas secundários para essas comunidades, tais como doenças físicas e mentais extremamente debilitantes. Esses fatores contribuem enormemente não só para o sentimento crescente de marginalização experimentado por esses povos indígenas, mas também faz com que eles se tornem ainda mais vulneráveis em termos sociais econômicos, perpetuando assim um ciclo opressor.

Em virtude da situação alarmante em questão, torna-se extremamente vital e crucial a realização de investigações que tenham como objetivo compreender as causas principais e consequências decorrentes do uso exacerbado de bebidas alcoólicas pelos povos indígenas no Brasil. De acordo com o consagrado pensador Michel Foucault em sua valiosa obra "Vigiar e Punir: História das Prisões", é possível utilizar uma abordagem crítica relativamente às práticas históricas visando desconstruir discursos hegemônicos estabelecidos para construirmos narrativas mais inclusivas, variadas e multifacetadas.

2. Contextualização histórica

A história do álcool é extensa e complexa, remontando a milhares de anos. O consumo de bebidas alcoólicas como vinho e cerveja remonta há aproximadamente 11

mil anos e desempenhou um papel significativo na evolução da dieta humana (LANZA et al., 2021). Ao longo dos tempos pré-históricos até à sociedade atual, o álcool tem sido consumido para diversos fins, incluindo atividades culturais e rituais. Isso não difere dos povos indígenas do Brasil que também incorporaram seu uso em suas tradições.

De acordo com a análise de Maia et al (2020), logo no início da colonização promovida pelos portugueses, tornou-se evidente que não se limitaria apenas ao estabelecimento do contato entre culturas distintas, mas também teria uma imposição da cultura eurocêntrica sobre as demais.

Por vários séculos, os colonizadores fizeram uso da fragilidade das comunidades indígenas em relação ao consumo de bebidas alcoólicas como um meio para consolidar seu controle sobre elas. Em muitos casos, os povos eram induzidos a trocar alimentos, utensílios e até mesmo terras por bebidas alcoólicas, que causavam dependência e deterioraram suas condições de vida. Segundo o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2004) em sua obra "Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena", o álcool se tornou uma ferramenta poderosa utilizada com o objetivo primordial de subjugar esses povos nativos incontrolavelmente prejudicando todas as estruturas sociais existentes nas respectivas localidades habitacionais ou originárias dessas populações.

Além disso, é importante destacar que a imposição da religião Católica Apostólica Romana ainda estava presente na Constituição de 1824², o que evidencia sua forte influência na sociedade brasileira. De acordo com as análises do historiador Alencastro (2020), durante o processo de catequização dos jesuítas nas missões indigenistas, utilizou-se uma estratégia baseada no consumo controlado de bebidas pelos nativos como forma atrativa para seu envolvimento em tais atividades. Essa abordagem também foi utilizada como meio disciplinador e submissor aos interesses coloniais europeus sobre essa população caracteristicamente mais suscetível ao controle quando embriagados por essas substâncias intoxicantes.

O somatório de todos esses fatores culminou em efeitos extremamente deletérios para os referidos grupos étnicos, cujas consequências se fazem sentir de maneira indubitável até o presente momento.

3. Consequências

² Constituição Promulgada em 25 de março 1824 durante o período Imperial.

A chegada do álcool destilado às terras brasileiras por meio dos portugueses acarretou um amplo leque de efeitos para a população indígena, tocando não apenas na saúde física desta última, mas também nas suas bases sociais bem como culturais.

De acordo com Souza e Garnelo (2007) a introdução do álcool nas comunidades indígenas brasileiras gerou um aumento significativo no consumo dessa substância psicoativa, o que resultou na manifestação de problemas como alcoolismo e dependência química. Além disso, outro fator importante relacionado a esse tema - conforme percebido por Souza et al (2020) -foi o crescimento alarmante da taxa de suicídios entre esses povos muitas vezes associados ao uso abusivo do álcool. De acordo com Kühl et al (2009) esse processo de alcoolização afetou qualidades à saúde dos povos indígenas, contribuindo para o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis tais como: diabetes mellitus tipo II ou hipertensão arterial sistêmica. Estima-se ainda que alterações nos padrões alimentares e de práticas de atividade física intensificam os casos desnutrição.

De acordo com os estudos de Teixeira et al (2023), a dependência do álcool pode trazer diversas consequências não apenas físicas, mas também psicossociais que afetam profundamente as pessoas envolvidas. A gravidade da situação é tal que o consumo excessivo desta substância pode desestabilizar completamente uma comunidade onde está inserida e fomentar conflitos internos entre indivíduos afetados pela condição. Além disso, vale ressaltar que o surgimento deste problema tem raízes históricas mais amplas relacionadas às especificidades sociais de injustiça social e violência decorrentes das práticas colonizadoras antigas, presentes ainda nos dias atuais. O uso abusivo de bebidas alcoólicas acaba sendo um dos sintomas visíveis dessa questão complexa presente em nossa sociedade atualmente.

O estudo realizado por Souza e Garnelo (2007) evidencia como o consumo de álcool se tornou integrado à vida das comunidades indígenas do Alto Rio Negro, destacando os desafios enfrentados para controlar esse hábito e prevenir a ocorrência do alcoolismo dentro dessa realidade cultural específica. De acordo com as constatações feitas por Souza, Oliveira e Teodoro (2019), esses resultados são corroborados por meio de outras pesquisas que apontam a necessidade da utilização adequada de instrumentos capazes de avaliar o uso excessivo ou irresponsável do álcool nessas mesmas comunidades nativas. A influência direta exercida pelo líquido etílico sobre tanto nas relações sociais quanto familiares mostra claramente quão complexa é essa questão no contexto dos padrões culturais tradicionais desses povos originários muitas vezes mal

compreendidos pela cultura ocidental predominantemente na região em análise. Isso significa dizer que uma introdução inapropriada ou contida deste tipo de substância pode ter uma gama ampla de consequências negativas extremamente significativas sobre a saúde física, mental e emocional entre outros fatores igualmente relevantes neste caso específico analisado pelos autores acima mencionados nesta

4. Conclusão

Para concluirmos, é importante ressaltar que o recurso ao álcool como um meio de suprimir e controlar as populações indígenas brasileiras teve resultados trágicos nas comunidades locais. Essa prática antiga desencadeou uma série de consequências devastadoras na cultura e no modo de vida desses povos, as quais foram subjugadas ao longo dos. Portanto, trata-se de uma questão extremamente complexa que requer abordagem holística para ser realmente observada em todas as suas dimensões impactantes no cenário social contemporâneo do Brasil.

Nesse sentido, é crucial que a sociedade brasileira se comprometa verdadeiramente com o bem-estar das comunidades indígenas por meio da implementação de políticas públicas efetivas e rigorosas capazes de proteger seus direitos inalienáveis enquanto promovem sua saúde mental e física. Isso deve ocorrer levando-se em conta as suas diversas diferenças culturais e étnicas para garantir uma abordagem multifacetada do problema. Assim sendo, torna-se imperativo consolidarmos um amplo diálogo inclusivo sobre as práticas discriminatórias ainda existentes na sociedade atualmente oriundas dos legados coloniais perversos deixados no Brasil ao longo da história. Medidas energéticas precisam ser tomadas urgentemente para corrigirmos esses erros trágicos cometidos contra os povos originários há séculos atrás, transformando nossa realidade presente num futuro mais equitativo e justo para todos os envolvidos nesse processo histórico colaborativamente construído pela humanidade.

4. Referencias:

ALENCASTRO, L.F. de., **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000;

BRASIL. Constituição (1824). **Lex: Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 18/03/2024.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

KÜHL, Adriana Masiero; CORSO, Arlete Catarina Tittoni; LEITE, Maurício Soares; BASTOS, João Luiz. Perfil nutricional e fatores associados à ocorrência de desnutrição entre crianças indígenas Kaingáng da Terra Indígena de Manguairinha, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 409-420, fev. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2009000200020>.

LANZA, Ana Tereza de Freitas; HANDERI, Alycia Madureira; CECCONELLO, Ana Beatriz Pinto; SARMENTO, Caio de Vasconcelos; ROCHA, Laura Cadaval; PONGELUPPI, Ana Clara Aguiar; COURY, Marayra Inês França. O CONSUMO DE ÁLCOOL E SEUS PRINCIPAIS EFEITOS DELETÉRIOS NO CORPO HUMANO: UMA REVISÃO DESCRITIVA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 82–99, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i6.1357. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1357>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. de. **Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América.** *Interações (Campo Grande)*, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 577–596, 2020. DOI: 10.20435/inter.v21i3.2300. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2300>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de; GARNELO, Luiza. Quando, como e o que se bebe: o processo de alcoolização entre populações indígenas do alto rio negro,

brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 23, n. 7, p. 1640-1648, jul. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2007000700015>.

SOUZA, R. S. B. DE; OLIVEIRA, J. C. DE; TEODORO, M. L. M. Construção de um Instrumento para Avaliar o Uso de Bebidas Alcolólicas em uma Etnia Indígena de Minas Gerais. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. In: _____. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios antropológicos. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 226-254.